



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA AMAMBA**  
**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA-**  
**PROFHISTÓRIA**



---

**CARLOS MONTEIRO ALVES**

**DITADURA MILITAR BRASILEIRA: Memória e Ensino em tempos de redemocratização**

---

Amambaí/MS  
2018

**CARLOS MONTEIRO ALVES**

**DITADURA MILITAR BRASILEIRA: Memória e Ensino em tempos de redemocratização**

Dissertação de mestrado apresentada na forma de artigo ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambaí, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador (a): Dr Diogo da Silva Roiz

Coorientador (a): Dr<sup>a</sup> Marinete A. Zacharias Rodrigues

Amambaí/MS

2018

C872c ALVES, Carlos M.

Ditadura Militar brasileira: Memória e Ensino em tempos de redemocratização/ Carlos Monteiro Alves. Amambaí: [s.n.], 2018.

39f.; 30cm

Orientador (a): Diogo da Silva Roiz  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade  
Universitária de Amambaí.

Ensino de história; Memória; Ditadura Militar.

CDD - 340.1

**DITADURA MILITAR BRASILEIRA: Memória e Ensino em tempos de redemocratização**

**CARLOS MONTEIRO ALVES**

Dissertação de mestrado apresentada na forma de artigo ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambai, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Ensino de História

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ (Presidente)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Universidade \_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Universidade \_\_\_\_\_

Amambaí/MS, 27 de julho de 2018.

À rebeldia.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a CAPES pela bolsa concedida; ao corpo docente do programa; ao corpo discente da turma 2016/2018; ao meu orientador Diogo da Silva Roiz; e à minha Co-orientadora Marinete A. Zacharias Rodrigues.

O passado, embora esteja aparentemente resolvido, é uma equação aberta pelos dilemas do presente. Nenhum morto voltará à vida, e o resultado de jogo algum será alterado por conta desse exame. Mas as diferentes leituras que se fizerem de vidas, mortes e dinâmicas históricas dizem muito sobre os passos a seguir.

Leonardo Padura (2015, p.21)

ALVES, C.M. *Ditadura Militar Brasileira: Memória e Ensino em tempos de redemocratização*. 2018. 39f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambaí/MS, 2018.<sup>1</sup>

**Resumo:** O tema principal deste trabalho é a História Política do Brasil Contemporâneo. Neste trabalho, analisamos o depoimento de militares e civis que tiveram relação direta com a Ditadura Militar Brasileira, tendo como escopo identificar conceitos que essas pessoas retomam para explicar o processo político-social vivido no período 1964/1985. A partir da identificação de tais conceitos construímos um dicionário que, pretende ser útil ao professor para problematizar os acontecimentos históricos do período em sala de aula. As fontes utilizadas aqui foram seis depoimentos retirados da Coletânea 31 de Março: O Movimento Revolucionário e sua História, da Coleção Memória Militar Sobre a Abertura, e dos depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade. Todas essas foram analisadas sob a perspectiva de autores que abordam os estudos sobre a memória. É notável na pesquisa que, os depoimentos de militares favoráveis ao Golpe de 1964 procuram justificá-lo, e para isso fazem esboço do contexto internacional, do risco do comunismo no Brasil, e apontam para o apelo popular pela intervenção, assim como da relativização da ditadura vivida. Nos depoimentos civis, especialmente coletados pela Comissão Nacional da Verdade, pulsa as denúncias sobre as torturas sofridas.

**Palavras-chave:** Ensino de história; Memória; Ditadura Militar.

**Abstract:** The main subject of this paper is the political history of contemporaneous Brazil. In this paper, we analyzed the testimony of military and civilians that had a direct relationship with the Brazilian military dictatorship, having as scope, identify concepts that those people use to explain the social-political process lived in the period 1964/1985. Starting from the identification of those concepts we built a dictionary that, intends to be useful for the professor to problematize the happenings of that historical period in the classroom. The sources used here were taken from seven testimonies of the collection March 31st: The Revolutionary Movement and its History, of the Collection Military Memory About the Opening, and the testimonies collected by the National Commission of Truth. All those sources were analyzed under the perspective of the authors that study the memory. It's notable that the military favorable to the coup of 1964 look for justice it, and for that, they sketch the international context, the risk of communism on Brazil, and also point the popular appeal for the intervention, as well as the relativization of the lived dictatorship. In the civilian testimonies, especially the ones collected by the National Commission of Truth is noticeable the reporting of the tortures suffered.

**Keywords:** History teaching; Memory; Military dictatorship.

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado com o auxílio de bolsa CAPES.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<b>CAPÍTULO 1 - UM PASSADO INSISTENTEMENTE PRESENTE .....</b>	<b>14</b>
1.1 - TESTEMUNHOS, DEPOIMENTOS E COMEMORADORES .....	14
1.2 - UTILIZAÇÕES DO PASSADO NO PRESENTE .....	16
1.3 - O ESTABELECIMENTO DOS FATOS. ....	22
<b>CAPÍTULO 2 - DESLOCAMENTOS DE SENTIDO .....</b>	<b>26</b>
2.1 - FONTES E TERMOS .....	29
2.2 - ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE; COLEÇÃO HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO SOBRE 1964 E A MEMÓRIA MILITAR SOBRE 1964. ....	30
<b>CAPÍTULO 3 - A COLEÇÃO MEMÓRIA MILITAR SOBRE 1964 .....</b>	<b>32</b>
3.1 - COLETÂNEA HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO. 31 DE MARÇO: O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO E SUA HISTÓRIA. ....	32
3.2 - ESCREVER PARA NÃO ESPECIALISTAS: OS HISTORIADORES E SUA (IN) CAPACIDADE DE COMUNICAÇÃO.....	34
FONTES .....	37
BIBLIOGRAFIA .....	37

## INTRODUÇÃO

No dia 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho colocou as tropas sob seu comando nas ruas, em uma rebelião contra o governo do Presidente da República João Goulart. Com a concordância do governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, Mourão e sua tropa saíram daquele estado em direção ao Rio de Janeiro onde se encontrava o referido presidente. De maneira surpreendentemente rápida, o movimento desencadeado pelo General se transformou no bem sucedido Golpe de Estado que pôs fim a experiência democrática iniciada no Brasil em 1945 no fim da chamada Era Vargas.

Compreender como se chegou a essa ruptura institucional passa pelo entendimento do desenvolvimento do Ocidente pós Segunda Guerra Mundial e as características próprias da sociedade brasileira no período. O contexto internacional no período pós 1945 é marcado pela polarização das relações internacionais entre Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – polarização que se convencionou chamar de Guerra Fria.

Até 1959, ano da Revolução Cubana, as pressões da Guerra Fria eram bastante discretas no Brasil e no continente, a partir de então o sucesso do movimento liderado por Fidel Castro acendeu o alerta no Governo dos Estados Unidos à necessidade<sup>2</sup> de evitar a expansão do comunismo na América Latina. O exemplo mais evidente desta preocupação do governo estadunidense foram as tentativas de derrubar o Governo de Castro. Nestas havia além da preocupação em eliminar ou pelo menos conter o movimento cubano, o interesse do Governo dos Estados Unidos em investir para que governos da América Latina<sup>3</sup> não pendessem para a zona de influência soviética, e esse investimento baseava-se na concessão de empréstimos financeiros e no auxílio da Agência de Inteligência Norte Americana (CIA) na perseguição e monitoramento de ativistas comunistas, ou pessoas que assim eram vistas.

No Brasil, pesquisas mostram que o governo americano participou da conspiração contra o governo de João Goulart (vulgo Jango). O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), órgãos que promoveram várias campanhas contrárias ao Governo de Jango receberam financiamento do governo estadunidense através da agência de inteligência Norte Americana, Napolitano (2015, p. 48-49).

Embora as pressões da Guerra Fria tenham se mostrado de forma mais intensa apenas depois da Revolução Cubana, o anticomunismo no Brasil é mais antigo. O partido Comunista no Brasil foi fundado em 1922, porém, a Intentona Comunista<sup>4</sup>, nos depoimentos de militares que serviram de base para esse trabalho, é constantemente lembrada como o momento em que o comunismo tentou entrar na caserna e romper com a disciplina e a hierarquia<sup>5</sup>, tentativa essa que aparentemente deixou marcas negativas até a geração de militares de 1964.

---

<sup>2</sup> Necessidade posta considerando-se os interesses do governo estadunidense.

<sup>3</sup> América Latina refere-se aos países do continente americano que foram colonizados por Portugal e Espanha.

<sup>4</sup> Tentativa de golpe liderada por Luís Carlos Prestes em 1935, os participantes eram em sua maioria comunistas militantes.

<sup>5</sup> Valores considerados essenciais dentro das Forças Armadas.

Entre 1930 e 1964, a sociedade brasileira passou por mudanças profundas: industrializou-se; urbanizou-se; emergiram novos sindicatos e movimentos sociais; após o período de tutela conduzido por Vargas retomaram certa autonomia, especialmente no período de governo do presidente Juscelino Kubitschek. A mudança de perfil da sociedade fez com que aumentasse a cobrança por reformas sociais, as famosas reformas de base, dentre elas a Reforma Agrária talvez fosse a mais propagada. Na prática o Brasil entrava num período onde se procurava combater a histórica desigualdade da sociedade brasileira, modernizar o modelo econômico vigente<sup>6</sup>, e tratava-se do exercício da democracia com mais afinco.

As reformas não visavam à implantação do Socialismo enquanto novo modelo socioeconômico, como lembra Fausto (2008, p. 246). Porém, diante do clima de Guerra Fria, do tradicional conservadorismo da sociedade brasileira, do fato de o presidente João Goulart ter sua base eleitoral consolidada nos movimentos sociais e na esquerda, e talvez, pela campanha contrária ao presidente promovida por órgãos como IPES, IBAD, Escola Superior de Guerra, jornais de grande circulação e parte da Igreja Católica, as propostas de reformas sociais foram lidas como sinais claros da inclinação do presidente em direção a instalação de uma “república sindicalista”. Onde o presidente, antes de procurar maioria no Congresso, procuraria mobilizar os sindicatos para que estes pressionassem o Legislativo a fim de aprovar os projetos do Executivo, e segundo os acusadores da época, dada as características próprias da sociedade brasileira, a “república sindicalista” logo se tornaria comunista, (FICO, 2015, p.51).

O perfil de atuação política do presidente não o ajudou diante da crise que se estabelecia. Já na década de 1960, em uma sociedade carregada de anticomunismo e da pressão das elites econômicas contra as reformas de base, o presidente ora sinalizava uma aproximação com a esquerda, ora assinalava aproximação com a direita, estratégia esta que, ao fim, lhe rendeu críticas de ambos os lados. Sendo que, pela direita era tachado de incompetente e muito esquerdista, pela fração da esquerda mais radical era acusado de ser incapaz de implantar as reformas prometidas. Sobre o perfil titubeante de Jango, Rodrigo Patto Sá Motta diz o seguinte:

A imagem de instável, ambíguo ou indeciso conviveu com João Goulart do início ao fim de seu governo. Porém, as avaliações sobre seus motivos variavam: Para alguns ele simplesmente não tinha convicções e tão pouco sabia o que fazer; para outros, ele era um oportunista que tentava agradar a todos, ou que desejava localizar o fluxo da corrente e deixar-se conduzir. (Motta, 2006, p.81)

Carlos Fico (2015; 2017) defende a necessidade de separar a campanha de desestabilização da articulação do Golpe, pois segundo ele, a intenção de um golpe contra Goulart nasceu apenas após o plebiscito de 1963. Este teria sido o marco do retorno do país ao presidencialismo e, assim, demonstrava apoio popular a um presidente fortemente identificado com os movimentos sociais e com a esquerda. Antes do plebiscito, a intenção era inviabilizar eleitoralmente candidatos da esquerda, após o plebiscito a campanha se direcionou para o golpismo.

O Golpe foi construído através de militares que se diziam anticomunistas, postura que lhes concedia certo prestígio e amplo apoio social. Estes estavam insatisfeitos com as

---

<sup>6</sup> Isso implicaria em uma reforma agrária, na regulamentação das relações de trabalho e da proteção social.

manifestações do presidente, que se apresentavam simpáticas a insubordinação dentro das forças armadas; os setores da elite se mostravam assustados com a possibilidade das reformas de base; e o tradicional conservadorismo brasileiro, impulsionaram o Golpe de 1964, resultado de mudanças na sociedade brasileira temperadas com a dinâmica da Guerra Fria. Esse, embora desencadeado e concluído pelas Forças Armadas, contou com apoio civil de vários grupos no processo de desestabilização do presidente, (DREIFUSS, 2006), apoio este que pode ser percebido nas diversas manifestações de comemorações após a conclusão do mesmo.

A Ditadura não estava estabelecida no Golpe. Como dito anteriormente, o este foi dado com o apoio de vários grupos civis, grupos que eram anticomunistas e provavelmente não tinham nada mais em comum. Mas, estando este consolidado, como conciliar interesses divergentes entre seus apoiadores? É diante desta problemática que os interesses em comum e as contradições internas das Forças Armadas começam a aparecer. Por um lado, os militares golpistas eram unânimes quanto a necessidade de eliminar do serviço público e da atividade política os comunistas e, por outro lado, desejavam dar uma aparência de legalidade democrática a seus atos. Para isso, muitas das ações do Comando Supremo da Revolução<sup>7</sup> foram tomadas via Congresso, que por sua vez, este foi sendo privado das principais personalidades políticas contrárias ao Golpe, o Congresso elegeu Humberto de Alencar Castelo Branco à presidência, utilizando-se da nomenclatura de atos institucionais para atos que na prática eram ditatoriais.

O presidente Castelo Branco assumiu o poder prometendo apenas cumprir o mandato iniciado por Jânio Quadros em 1961. Provavelmente, por isso, recebeu apoio de lideranças políticas e civis, que pretendiam concorrer à eleição, que até então, estava prevista para 1966. De início, havia indicações de que, em 1966, o poder ainda seria devolvido aos civis. A aparência democrática do Governo Castelo Branco teve vida curta, primeiro porque os inquéritos policiais militares (IPMS) foram instalados para investigar pessoas suspeitas de atividade subversiva. Tendo como alvo principal os comunistas, passaram a atingir com truculência um número cada vez maior de pessoas; a violência dos IPMS e outras ações do Governo Ditatorial, como a repressão das manifestações públicas, fez com que, os mesmos grupos sociais que apoiaram o Golpe, como setores da Igreja Católica, passassem a criticar a legitimidade deste.

Outra questão relevante para a concretização da ditadura e do longo período que os militares permaneceram no poder é que, dentro das Forças Armadas havia um grupo, liderado pelo Marechal Costa e Silva, contrários ao presidente Castelo Branco. O grupo de Costa e Silva defendia a necessidade de maior tempo no poder para fazer uma caça mais profunda aos subversivos, este ficou conhecido como a Linha Dura da Ditadura Militar. Artur da Costa e Silva, o Marechal Costa e Silva, assumiu o poder em 1967 e em 1968 decretou o Ato Institucional nº5 (AI-5), o qual, em termos políticos, tornava os poderes do presidente ilimitados.

---

<sup>7</sup> Nome dado à junta militar que de fato assumiu o poder político depois do Golpe.

O perfil político dos governos militares que se sucederam causa algumas discussões historiográficas. Para pesquisadores, principalmente influenciados pelo pensamento de Daniel Aarão Reis (2014), a Ditadura Militar existiu de fato apenas entre os anos de 1964 e 1979, quando chegou ao fim a validade do AI-5. Sendo que, entre 1979 e 1988 teria ocorrido um período de transição democrática, considerando que, a chapa Tancredo Neves e José Sarney se elegeu indiretamente, e ainda considerando as relações de Sarney com os militares, abertamente conhecidas. Seguindo essa interpretação, a nomenclatura adequada para o período ditatorial seria Ditadura Civil-Militar, ao acrescentar o adjetivo civil. Estes pesquisadores denunciam o apoio que os militares tiveram, ou seja, os acontecimentos do período devem ser questionados levando-se em conta que as ações conduzidas pelos militares encontravam respaldo em alguns grupos hegemônicos da sociedade da época.

Em outra perspectiva, principalmente influenciada por Carlos Fico (2015; 2017), compreende-se o período de governos militares (1964/1985) como marco de uma Ditadura, simplesmente. Dois argumentos sustentam esse posicionamento, sendo o primeiro de que: i) Medidas autoritárias existiram desde o início do Governo Militar, tendo como exemplos, a cassação de mandatos, exoneração de funcionários públicos, prisões autoritárias que demonstravam não mais existir o Estado de Direito. Embora assessorado por civis, o núcleo das decisões políticas sempre fora militares, e segundo Fico (2017), os militares sempre controlaram a agenda política, inclusive podendo escolher o momento e a forma de devolução do poder aos civis. Seguindo essa linha de interpretação, houve um Golpe Civil-Militar e uma subsequente Ditadura Militar.

## 1. UM PASSADO INSISTENTEMENTE PRESENTE

Alguns aspectos do passado se impõem de forma insistente no presente. No Brasil, a Ditadura Militar vivida entre 1964 e 1985 é a responsável por alguns desses aspectos. Esta que, seguindo a cronologia mais aceita, teria terminado em 1985 com a posse do primeiro presidente civil depois de 21 anos, legou uma disputa, às vezes explícita e outras implícita, para controlar a narrativa sobre o período. Tal disputa é perceptível em amplos aspectos da vida pública, por exemplo, nos discursos políticos, nos meios de comunicação, assim como no ensino público.

Diante desta situação, o objetivo deste trabalho é identificar nos depoimentos<sup>8</sup> de civis coletados pela Comissão Nacional da Verdade, nos depoimentos de militares presentes na Coleção Memória Militar sobre a abertura, e também dos depoimentos de um civil e um militar presentes na Coleção História Oral do Exército sobre 1964, conceitos que estes depoentes constantemente usam para relembrar os acontecimentos ocorridos entre 1964/1985. Identificados tais conceitos, e diante da constatação de que os materiais didáticos que tratam da temática são raros<sup>9</sup>, outro objetivo deste trabalho é construir um dicionário voltado para alunos e professores do Ensino Médio com termos que auxiliem na compreensão da História Política do Brasil Contemporâneo.

### 1.1 TESTEMUNHOS, DEPOIMENTOS E COMEMORADORES

Conhecer a forma como as pessoas viveram, o que fizeram, porque fizeram de uma maneira e não de outra, quais eram os objetivos de vida, quais desses objetivos foram realizados ou abandonados, nos trás informações que inspiram soluções para a vida presente. Eis o sentido da expressão “A história é útil à vida”. Dizer que a história é útil à vida não implica em afirmar que seja um manual de conduta, para ter-se conhecimento dos erros do passado e poder evitá-los no presente, por exemplo. Isto não implica dizer que a história

---

<sup>8</sup> Profissionais da história oral costumam diferenciar depoimentos, testemunho e entrevistas. O dicionário define entrevista como: 1. Conversa orientada por um jornalista em que alguém faz declarações para futura publicação. 2. O resultado dessa conversa transformado em matéria publicada. 3. O encontro agendado para coleta de informações ou avaliação de uma pessoa; Depoimento: 1. Ação ou efeito de depor. 2. Revelação pública; testemunho: 1. Depoimento de testemunha. 2. Aquilo que serve de prova. Para este trabalho, seguindo o adotado por D’Araujo, Soares e Castro (2014), utilizo depoimento para me referir as fontes aqui utilizadas.

<sup>9</sup> No transcorrer desta pesquisa identifiquei apenas duas cartilhas didáticas focadas na temática: A democracia poder assim; a ditadura é assim, tratam-se livros da coleção *livros para o amanhã* publicados pela editora boitatá voltados para a faixa de 10 anos.

disponível ou a ensinada sejam as únicas formas pelas quais as pessoas desenvolvem estratégias para articular sua vida presente com o passado em favor de um futuro desejado.

A partir do argumento de Luís Fernando Cerri (2017), compreendemos a história como conexões sociais que se estabelecem entre o presente e o passado, enquanto um componente de construção de identidades. Tem a função de transmitir valores que identificam os semelhantes (nós) e os diferentes (os outros) e ajudar a decidir quais posicionamentos devem ou não ser adotados nas relações com esses. No texto em que o referido autor reflete sobre a pertinência do conceito de Consciência histórica para o Ensino de História, registra-se que,

Em comunidade, os homens precisam estabelecer a ligação que os define como um grupo, cultivar esse fator de modo a permitir uma coesão suficiente para que os conflitos não resultem num enfraquecimento do grupo e coloquem sua existência em risco. Uma versão, ou um significado construído sobre a existência do grupo no tempo, integrando as dimensões do passado (De onde viemos), do presente (O que somos), e do futuro (Para onde vamos) é o elemento principal da ligação que se estabelece entre os indivíduos. (2017, p.31)

O sentido que aqui se atribui à História é o de mecanismo através do qual os indivíduos orientam o seu modo de ser e estar no meio social, este possui diversas fontes de alimentação, e essas, por sua vez, são alimentadas na coletividade na qual o indivíduo está inserido, como por exemplo, a família, as pessoas do bairro, da igreja e da escola. Nas considerações de Eric Hobsbawm (1998), “Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas” (1998, p.22).

Ainda inspirado em Cerri (2017), indico os seguintes exemplos: Pertencer a um povo ou nação e não a outro (a), ser praticante de uma religião e não de outra, ser brasileiro com nome de origem europeia, asiática ou de qualquer outra região do globo. Se você for brasileiro e católico é provável que tenha aprendido com as pessoas mais velhas, praticantes da mesma religião, a fazer sinal da cruz quando passa em frente a igreja ou entra em uma, nesse caso o passado cristão/católico da nação e da(s) pessoa(s) de sua família faz com que você tenha esse comportamento em relação a igreja e não outro.

Mais exemplos: Para quem pretende entrar no ensino superior ou ser aprovado em concurso público terá seu sucesso ou insucesso, em parte, determinado pelas políticas de cotas, políticas que se explicam pelo passado escravocrata, de exploração dos povos indígenas, passado que se faz presente na forma de desigualdades sociais e econômicas. Ainda

para utilizar exemplos do tema central deste trabalho, resquício da Ditadura Militar tem políticos que iniciaram sua vida pública no processo ditatorial, ou tiveram sua atuação reforçada por esse, e foram ou ainda são as principais lideranças do país nas últimas décadas. Podemos citar aqui José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que juntos governaram o país por mais de vinte e cinco anos dos últimos trinta.

Temas como Anistia para agentes do Estado acusados de crime durante o período, pensões a vítimas de abusos estatais entre 1964/1985, despertam discussões acaloradas entre o segmento civil e militar. Generais da ativa e da reserva, assim como ocupantes de outros postos militares, defendem publicamente os governos ditatoriais e criticam o tratamento que parte da sociedade civil lhes concede<sup>10</sup>. Com todos estes exemplos, é importante destacar que a história acadêmica e escolar é uma dentre tantas formas de contato com o passado. Apesar de complexa, é também uma forma de entender quem somos, culturalmente falando, poder discernir como agir no meio social, tentando prever as respectivas consequências dessa relação com o meio social. Está presente em todos os indivíduos, independente de eles terem consciência ou não, a história da qual faz parte.

## 1.2 UTILIZAÇÕES DO PASSADO NO PRESENTE

O passado, já observou Todorov (2002, p.142), deixa apenas dois tipos de evidências: “físicas” e “mentais”; e a partir delas, todas as narrativas são formuladas. Geoge Duby (1993), seguindo a mesma linha de raciocínio, diz que “as marcas são de dois tipos: as difusas, instáveis e numerosas residem de forma clara ou emaranhadas, consistentes ou fugazes, na memória dos homens do nosso tempo”, porém, na função de historiador, “são os outros indícios que me interessam, os do segundo gênero. Aqueles a que chamamos de documentos” (1993, p.14-15).

No primeiro caso temos um amplo leque de coisas que foram construídas por alguém em algum momento, para exemplificar podemos citar papéis escritos de diversas naturezas, prédios, ferramentas, armas, vestimentas, obras de arte, etc. A lista é grande. No segundo,

---

<sup>10</sup> Por exemplo: O comandante do exército, general Eduardo Villas Bôas, referindo-se a intervenção federal decretada para o estado do Rio de Janeiro disse que os militares precisariam de garantias de não enfrentarem uma nova Comissão da Verdade em alusão a comissão que investigou as violações do direitos humanos praticadas durante a ditadura militar. Mais em: <https://oglobo.globo.com/rio/comandante-do-exercito-fala-em-evitar-nova-comissao-da-verdade-22413404>. Acesso 11/04/2018



temos um emaranhado de lembranças que podem se disseminar a partir de um objeto físico, porém não nascem nele, algumas coisas surgem apenas nas lembranças. Os vestígios informam sobre o passado, mas não se trata do passado propriamente dito. O passado como um todo não pode ser capturado e isso por vários motivos, dos quais aponto a seguir:

I. Quando alguém procura lembrar algo faz isso com foco sobre algo específico, como por exemplo, sobre uma festa talvez se lembre dos convidados, da comida, das pessoas com as quais interagiu, da música. Muitos outros acontecimentos daquele mesmo dia, naquela mesma festa são deixados de fora.

II. Por uma incapacidade involuntária de lembrar ou esquecer tudo (TODOROV, 2002), (CATROGA, 2015), podemos apagar algo de nossas lembranças quer seja por nos remeter a algo ruim, ou simplesmente por considerar insignificante. Lembranças ruins podem se manter na forma de traumas, por exemplo, e nesse caso também não nos é dada a opção entre lembrar e esquecer.

III. Por fim, em uma possibilidade extrema, portanto mais rara: se a existência de determinado grupo ou evento não deixa evidências, não há como ser lembrado. Todorov ressalta que o objetivo dos nazistas em relação aos judeus era simplesmente desaparecer com todos os vestígios de sua existência, por isso os fornos crematórios, por isso procuraram destruir documentos dos campos de extermínio que poderiam indicar o que era feito no local.

Lembrar e esquecer são essências do conceito de Memória e da utilização do passado na vida pública do presente. Todorov (2002, p.151) aponta para três modalidades de discursos que utilizam eventos do passado no presente: i) o testemunho, ii) o depoimento e iii) a comemoração.

O testemunho trata de como a pessoa interpreta um evento passado em relação a sua vida; é uma interpretação sempre pessoal que não se preocupa com provas do narrado, para ela é verdadeiro por que é lembrado dessa forma. Nesse estágio cabe só ao narrador estabelecer o sentido de determinado acontecimento, pois para ele, “não temos conta a prestar a ninguém sobre a imagem que fazemos de nós mesmos” (TODOROV, 2002, p. 151). Só cabe ao sobrevivente de um campo de concentração, ou vítima de outras torturas, dimensionar o tamanho de sua dor.

O próximo estágio, o depoimento, começa quando os testemunhos são levados para a esfera pública. Quando, por algum motivo, o que aconteceu a uma pessoa ou um grupo de pessoas se torna objeto de um processo de aprendizado para a sociedade, esse é o caso dos

sobreviventes de regimes autoritários. Quando há essa transição do universo particular para o público, Todorov dirá que, os testemunhos se transformam em depoimentos ao entrarem na esfera pública; os sentidos atribuídos pelos depoentes a determinados fatos devem passar por processos de crítica, de embasamento em evidências, enfim se tornam históricos no sentido de se converterem em objeto da ciência que leva esse nome. Nesse ponto ele, diferentemente do testemunho e da comemoração, deve estar sempre aberto a questionamentos e revisões.

Neste ponto, o depoimento, diferentemente do testemunho e da comemoração, deve estar sempre aberto a questionamentos e revisões. No primeiro caso, a pergunta é o que significa para mim? No segundo quais são os significados para a sociedade? O debate precisa ser público.

O terceiro estágio é o dos comemoradores. Os comemoradores são grupos que apresentam seu discurso na esfera pública como uma verdade absoluta, são pessoas que utilizam fatos passados para disputar determinado status público, disputam poder político. A principal diferença em relação ao testemunho é que a comemoração é pública, logo diz respeito a pessoas além do indivíduo e do seu grupo; em relação aos depoimentos a diferença é que não estão abertos a críticas. Seus discursos são difundidos por diversos meios, pela escola, pelos meios de comunicação, por filmes, livros.

A operacionalização do conceito de comemoradores formulado por Todorov é consistente, porém, a nomeação é estranha. Comemoradores que comemoram o quê? A explanação feita pelo autor permite entender que o resultado dessa disputa resulta em vantagens simbólicas que, eventualmente, podem se converter em vantagem material, como indenizações. A comemoração seria, então, relativa às vantagens adquiridas? Todorov não deixa claro, embora seja uma interpretação possível.

As disputas em torno de narrativas em momento de rupturas políticas já foram percebidas por outros autores. José Murilo de Carvalho estudando o imaginário da República, em um primeiro momento, identifica a mesma dinâmica, ou seja, grupos políticos agindo para tornar sua versão histórica a predominante, e nos lega o seguinte registro: “Logo após o 15/11/1889 grupos se reuniram para estabelecer a verdade histórica e combater aqueles que procuravam manipular a história em proveito próprio” (2007, p. 38). Marcos Napolitano (2015), em consonância com Carvalho, diz que, após uma ruptura política, “Os regimes que emergem desses eventos precisam da história para se justificar”, (p. 313) o que implica em esforço para dar forma à memória histórica dos contemporâneos.

Na prática, a execução destas três etapas se confundem, acontecem ao mesmo tempo e a incorporação da versão de comemoração em instituições que refletem na vida coletiva, como por exemplo, o ordenamento jurídico, o sistema de ensino escolar, etc., promovem ou excluem pessoas e grupos de determinados status públicos – ser vítima, bandido, herói, ou ser protagonista ou marginal da história, esses status são definidos nesse processo. E com relação à Ditadura Militar Brasileira, o espaço do “comemorador” ainda está em disputa. Por conta do jogo de forças dos primeiros testemunhos sobre o período, dois polos tomaram conta das discussões públicas. Pelo lado civil, a memória da resistência através da luta armada contra um golpe de Estado; do lado militar, a memória da tomada do poder governamental como sendo necessário para defender a pátria de um mal maior que, para eles, era o risco de um governo comunista no Brasil.

Com a redemocratização o sistema de ensino, incorporou-se predominantemente a versão que sintetizou o processo de reabertura, e pouco se deu vazão aos apoios e oposições que se estabeleceram na preparação do golpe e na manutenção da ditadura. Aarão (2014), diz que “A polarização [resistência *versus* repressão] se tornou uma espécie de lugar-comum. Habitam discursos políticos, livros didáticos, filmes e materiais diversos de análise e divulgação” (2014, p.13). Desta relação da ditadura com a sociedade, temas relacionados à colaboração dos cidadãos com o Governo, a exemplo, quando não eram ignorados por completo eram marginalizados, o interesse maior caía sobre os testemunhos de ex-guerrilheiros ou de parentes de desaparecidos políticos.

Da versão militar, muitos publicaram memórias como forma de contraposição ao discurso civil que os qualificava como criminosos e violadores dos Direitos Humanos. Em suas argumentações discursam sobre: a destituição do presidente João Goulart, como tendo sido uma demanda social; a resistência armada lutava para implantar uma ditadura comunista, e não por liberdade; no período, o Brasil passara por intenso desenvolvimento econômico, cujo exemplo maior é o chamado de “milagre econômico brasileiro”, ocorrido entre 1969 e 1973.

Quanto à acusação de tortura, a resposta é de que, se houve, foi prática isolada, sem o conhecimento das autoridades superiores; logo não se tratou de uma prática ordenada pelas instâncias superiores ou tolerada por essas. A Coleção História Oral do Exército sobre 1964 é um bom exemplo de esforço para consolidar esse discurso, primeiramente no próprio meio militar, mas também para o segmento civil. Comparando os depoimentos militares com os

civis, coletados pela Comissão Nacional da Verdade, percebemos que para os militares a tortura aparece como marginal e necessária, enquanto para os civis a lembrança da tortura é centro das atenções quando questionados sobre 1964.

A disputa toma conta da esfera pública: Militares ou ex-militares questionam as pensões concedidas pelo Estado para perseguidos políticos ou seus parentes; dizem ainda que, no período que governaram não havia corrupção. Sobre isso, Carlos Fico (2016) apresenta números que, na análise que aqui fazemos, indica ser o argumento de não corrupção um exemplo do que Todorov classifica de discurso de comemoração, portanto, desprovido de crítica. Fico diz que,

Entre 1969 e 1973 a CGI [Comissão Geral de Investigações, órgão incumbido de confiscar bens de funcionários públicos acusados de corrupção] abriu 1.153 processos: Mil foram arquivados. Dos arquivados. Das 58 propostas de confiscos, apenas 41 foram assinadas. (2016, p.74)

Segmentos da sociedade civil perguntam por seus mortos, pedem a abertura de arquivos ainda controlados pelo poder público e questionam a extensão da Lei da Anistia para militares que nunca foram investigados e/ou punidos; questionam o fato de as Forças Armadas e polícias militares responderem por seus atos perante tribunais próprios, e não na justiça comum.

De maneira geral, percebemos nos primeiros estudos sobre os regimes autoritários da segunda metade do século XX que privilegia uma dicotomia entre bons (a sociedade) e os maus (os agentes do Estado), assim, tanto na Europa como na América, as sociedades pós-ditatoriais tenderam a construir narrativas que ignorassem a base consensual das ditaduras. Na Alemanha, por exemplo, houve a leitura da violência nazista como sendo obra exclusiva de Adolf Hitler e seus auxiliares mais próximos, sobre amplos setores da sociedade civil que apoiou e se beneficiou do Nazismo prevaleceu o silêncio.

No Leste Europeu, a partir do fim da influência Soviética assistiu-se a um fenômeno parecido, as violências das ditaduras comunistas foram interpretadas como uma ação exclusivamente externa, contra a qual a sociedade nada poderia fazer, novamente prevaleceu o silêncio sobre os segmentos da população que se beneficiaram com os regimes comunistas, estes são exemplos do que Bruno Groppo (2015) conceitua como mito da sociedade como vítima. A explicação para essa dicotomia são as “necessidades imediatas”, que de acordo com o contexto, as memórias dos diversos grupos sociais encontram melhores ou piores condições de se tornar pública. Michel Pollak (1989, p. 4-7) cita três exemplos em que a memória pode encontrar barreiras para se tornar pública.

I. Na União Soviética, a memória das vítimas da violência stalinista foi durante muito tempo uma memória proibida pela repressão política.

II. Alguns grupos de alemães foram deportados para campos de concentração fora da Alemanha e retornaram ao final da Guerra, deportação que contou com a ação ou omissão de parte da população alemã. Ao retomar falar sobre o período no campo e nos motivos da deportação, poderia despertar o sentimento de culpa na população, e para o momento, encontrar o equilíbrio necessário para seguir em frente com a vida social, era o centro das preocupações. Ou seja, nesse caso, a não publicação das memórias se justificava por não querer gerar conflitos quando a preocupação central era reencontrar a paz.

III. O terceiro caso é o de franceses recrutados a força para auxiliar o nazismo, na região Alsaciana, nesse caso falar sobre o processo corria sempre o risco de levantar questões sobre se existia ou não, mesmo sob a repressão nazista, opções a colaboração. Nesse caso a memória não ganha publicidade por uma questão de vergonha.

O foco sobre as denúncias de violência<sup>11</sup> pode ser entendido ainda pela seguinte perspectiva: O *estado de exceção* acaba, as perseguições se encerram, o princípio da liberdade individual está novamente em voga, logo, chegou o momento de denunciar o que antes não era possível. Ou seja, os sofrimentos e as injustiças, que antes até podiam ser passíveis de denúncia, porém, contavam com um sistema de governo onde os poderes não eram autônomos, onde o Executivo Federal tinha poder para agir a qualquer momento e desautorizar ou descaracterizar uma decisão do poder Judiciário, a exemplo, tornando as denúncias inócuas<sup>12</sup>.

A denúncia, mesmo sendo legítima, quando a atenção fica apenas sobre ela se produz uma visão superficial da realidade vivida, houve luta armada, tortura e repressão, porém a vida durante a ditadura foi muito mais que isso. Alguns estudiosos das ditaduras do século XX, como no caso dos estudos de Samantha Viz Quadrat e Denise Rollemberg (2010), encontramos a seguinte perspectiva: Interpretar agentes políticos como heróis (civis combatentes contra a violência) e vilões, (agentes de governos ilegítimos e autoritários), comete o erro de lhes tirar as feições humanas, de impedir que vejamos o fato óbvio de que as

---

<sup>11</sup> Violência é um termo amplo, neste trabalho utilizo violência para me referir as práticas ilegais promovidas por um governo ilegítimo, movido por motivações políticas.

<sup>12</sup> O projeto “Brasil: Tortura Nunca Mais” contém denúncias feitas, bem como as arbitrariedades cometidas pelo poder Judiciário.

peças que praticaram tais violências foram criadas na mesma sociedade em que produzem vítimas, tem seus vínculos sociais no mesmo meio.

Governos autoritários como produto de uma dinâmica social complexa que contou com aceitação, cooperação ou indiferença, além da resistência, da população é a principal justificativa que Quadrat e Rollemberg (2010) utilizaram para organizar a Coleção a Construção Social dos Regimes Autoritários<sup>13</sup>, dizem elas que,

O principal problema que as interpretações colocaram [As que procuraram interpretar as sociedades autoritárias como sendo divididas apenas entre bons e maus], provavelmente é não ter compreendido os regimes autoritários as ditaduras como produto social. As explicações que partem da oposição *vítima e algoz, opressor e oprimido*, buscando respostas na repressão, na *manipulação*, no desconhecimento [...], embora sedutoras – explicam tudo sem muito esforço e sem botar o dedo na ferida – levaram a distorções consideráveis. (2010, p.11) [Destques das autoras]

Essa nova perspectiva de questionamentos faz com que se olhe para comunistas, nazistas e militares não mais como sendo o ninho no qual se chocaram monstros mas a própria sociedade como um todo, com seus consensos e dissensos, enfim, com sua dinâmica como sendo o ambiente gerador de tais pessoas e eventos.

### 1.3 O ESTABELECIMENTO DOS FATOS

Os historiadores, assim como memorialistas e escritores de ficção, fazem ressuscitar no presente aspectos do passado. O que irá diferenciar o historiador dos demais, segundo Todorov (2002, p.142-144) é o trabalho de estabelecimento dos fatos, de levantar provas que tal fato aconteceu, a esse processo o autor dá o nome de estabelecimento da “verdade de adequação”, onde se verifica se as evidências são adequadas, para afirmar que em determinado período tal fato se desenvolveu e deixou marcas que permitem identificá-lo. A segunda parte do trabalho é a seleção e interpretação das evidências. Já nesta etapa, ainda segundo Todorov, o que se busca é a “verdade de elucidação”, ou seja, as evidências que permitam compreender quais foram as circunstâncias sociais que permitiram o acontecimento de determinado processo histórico, qual a relevância atribuída pela sociedade para este fato e o porquê do mesmo.

Existem muitas discordâncias no campo da historiografia relacionadas aos episódios de 1964, porém, nenhuma se dá em relação a existência ou não de um fato singular na história

---

<sup>13</sup> Trata-se de três volumes dedicados respectivamente Brasil e América Latina, Europa, África e Ásia.

da sócio-política brasileira. Sobre a existência de governos militares entre 1964/1985 não há negação, as evidências são fartas, o que está em jogo é apenas seu significado e, respectivamente, a forma de sua elucidação.

É fácil encontrar livros que, ao final, trazem uma cronologia com atos de exceção praticados entre 1964 e 1985<sup>14</sup>. Rapidamente listo alguns iniciando pela movimentação de tropa do General Olímpio Mourão Filho no dia 31/03/1964, a partir desse momento uma série de atos demonstrou o caráter excessivo do governo.

- I. 09/04/1964: Decretado o Primeiro Ato Institucional.
- II. 15/04/1964: Posse de Castelo Branco, primeiro presidente militar.
- III. 27/10/1965: Ato Institucional nº 2 extingue partidos políticos e atribuiu à justiça militar a competência para julgar civis acusados de crime contra a segurança nacional. Ao presidente da república atribui-se poderes para cassar mandatos eletivos.
- IV. 13/12/1968: Decretado o Ato Institucional de nº 5 que deu total poder ao Presidente da República e fechou o congresso.
- V. 31/08/1969: Pedro Aleixo é impedido de assumir a Presidência no lugar de Costa e Silva que havia falecido<sup>15</sup>.
- VI. 15/01/1985: Eleição via colégio eleitoral, do primeiro Presidente civil desde 1964.

Sobre esses fatos há testemunhos vivos, documentos oficiais, registros jornalísticos, etc. E insisto, mais uma vez, não tem como negar. A discussão sobre as causas da ruptura democrática, a busca da verdade de elucidação, conforme as palavras de Todorov, já referidas, são intensas.

Em 2017, Carlos Fico escreveu um artigo de setenta páginas onde destaca os pontos fortes e frágeis de várias teorias utilizadas para elucidar o período. Das várias observações feitas por Fico considero mais relevante as seguintes:

- I. **Revisionismo:** Termo que é usado por historiadores marxistas contra os historiadores que acusam João Goulart de planejar um Golpe de Estado para promover as mudanças políticas que propunha. Segundo Fico, faltam-lhes evidências empíricas que comprovem tal intenção por parte do presidente João Goulart e coloca a seguinte questão: “se

---

<sup>14</sup> Exemplos de livros dessa natureza são Fico, 2015 e Aarão, 2014. Referência completa na bibliografia.

<sup>15</sup> Para Fico, (2017) esse fato é que se caracteriza como o verdadeiro golpe dentro do golpe e não a decretação do AI- 5.

de fato Goulart planejava um golpe por que não foi afastado pela via legal do *Impeachment* e sim através de um golpe??. (p.11)

II. **Esquerda golpista:** Perspectiva que, atribui não apenas a Goulart, mas a toda a esquerda um maior apego ao golpismo como forma de implantar propostas políticas do que viria a ser de fato a democracia. A noção é a seguinte: a esquerda participaria da democracia até onde fosse possível conquistar vitórias políticas, seguindo as regras democráticas, e quando as vitórias não fossem mais possíveis, não hesitariam em orquestrar e por em prática os seus próprios golpes. Para Fico, os problemas desta perspectiva seriam basicamente: a) faltam evidências das intenções golpistas da esquerda, no máximo podem ser acusadas de radicalismo, mas não de golpistas; b) seria anacrônico, pelo fato de que, na década de 1960 a democracia não teria um juízo de valor tão caro à sociedade vigente (p. 11-12).

III. **Culturalismo:** Perspectiva que privilegia o conceito de cultura política como mote explicativo, em detrimento da luta de classes, tendo se consolidado no Brasil entre os anos de 1970 e 1990. Fico critica os estudos amparados nessa perspectiva teórica por, segundo o autor, não fazerem esforço para construir um arcabouço teórico sólido, como consequência, o conceito se torna amplo demais e, acaba viabilizar a utilização do conceito para explicar qualquer aspecto do comportamento político. A máxima seria a de que, se explica tudo, na prática, não é útil para explicar nada. (p. 23-24).

IV. **Modernização conservadora:** Conceito amplamente utilizado pelos estudos culturais (p. 25), e que destaca como anormal medidas modernizantes adotadas por uma ditadura. A crítica de Fico, neste caso, sobre a utilização desse conceito é: Nem todos os acontecimentos do período ditatorial podem ser atribuídos à ditadura, ou seja, muitas das medidas adotadas são resultados de processos anteriores à ditadura. Além do mais, os governos militares, assim como qualquer governo, analisavam opções e as vezes decidiam por uma direção modernizante, e isso não significa que abrissem mão de práticas conservadoras em outras áreas. Não há evidências históricas que comprovem uma ditadura como sendo apenas repressivo (p. 30). Quanto a essa crítica, Fico faz uma ressalva que acredito valer a pena citar:

Convém alertar o leitor de minha posição, contrária a ideia de contradição e paradoxo, é minoritária e que minha rejeição ao uso do conceito de modernização conservadora provavelmente é atitude isolada, tão ampla é a aceitação dessas ideias. A possibilidade de eu estar errado, portanto, é grande. (2017, p. 27)



V. **Natureza de classe:** Entendimento do golpe como o resultado da luta de classes entre a burguesia e o proletariado. A utilização do conceito foi abandonada pelos historiadores não marxistas e por isso são acusados pelos marxistas de revisionistas. Para Fico a questão que não é abordada pelos marxistas é: Afinal, por que exatamente deveria ser usado o conceito de luta de classes? (p. 32). Ou ainda, quais suas vantagens ou desvantagens em relação ao conceito usado pelos outros historiadores. Outro problema é a definição imprecisa de classe social (p. 33). Através das críticas de Fico, entendemos que, para esse autor não se trata de negar a existência de classes na sociedade e das disputas existentes entre elas, mas sim de apontar a falta de um padrão teórico capaz de isolá-las na sociedade.

O próximo tópico tratado no artigo de Carlos Fico refere-se às pesquisas que usam o conceito de memória como mote explicativo. Nesse, Carlos Fico trata especificamente dos estudos que utilizam o conceito de memória, por ser o conceito chave para o trabalho aqui desenvolvido tratarei dele em um subtítulo isolado.

## CAPÍTULO 2 – DESLOCAMENTOS DE SENTIDO<sup>16</sup>

Deslocamento de sentido é a perspectiva teórica inicialmente formulada por Daniel Aarão Reis, que denuncia a construção de uma memória confortável sobre a ditadura militar. Segundo essa perspectiva, a memória que se tornou predominante sobre a ditadura omite muitos grupos que apoiaram a ditadura, além do fato da esquerda armada ter lutado com o objetivo de implantar uma ditadura comunista no Brasil. Nesta visão, a sociedade como um todo, incluindo os integrantes da luta armada, é apresentada como participante de uma luta heroica contra a ditadura. Para Fico, é uma perspectiva que inspirou diversos trabalhos que seguem a mesma linha de raciocínio, caso de trabalhos como o de Denise Rolemberg (2010), por exemplo. Aqui, entendemos que, esta é uma perspectiva que também aparece no trabalho de Bruno Groppo supracitado<sup>17</sup>.

Segundo Reis (2014, p. 9), a origem dessa memória estaria nos arranjos sociais que visaram à reabertura, a exemplo da influência que publicações com memórias de ex-guerrilheiros, como no caso de Fernando Gabeira<sup>18</sup>, alcançou em meio à população brasileira. Já para Fico (2017), a identificação do fenômeno está correta, mais ainda, este fenômeno é normal em sociedades saídas de regimes autoritários, porém, a identificação de sua constituição está equivocada. A noção de sociedade como construtora dessa memória é demasiado vaga, qual parte dessa sociedade construiu essa memória? Como? A explicação não esclarece.

Outro problema: Quando se afirma – como o faz Daniel Aarão Reis – que houve um deslocamento de sentido, fica implícita a ideia de que havia um sentido primário que foi deslocado de lugar. Segundo Fico (2017), esta seria uma construção primária, logo não haveria um sentido anterior. Porém, este não nega o fenômeno, apenas discorda da origem atribuída por autores como Denise Rolemberg e Daniel Aarão Reis. Na hipótese, apontada pelo autor como carente de mais pesquisas, para explicar o fenômeno seriam os traumas causados pela violência da repressão contra estudantes que, decepcionados com o insucesso político das reivindicações estudantis de 1968, aderiram à luta armada sem preparo técnico e psicológico para a entrada no mundo de guerrilheiros.

---

<sup>16</sup> A expressão é usada primeiramente por Daniel Aarão Reis em seu livro ditadura militar, esquerda e sociedade, 2000.

<sup>17</sup> Aliás, o artigo de Bruno Groppo esta publicado em uma obra que Denise Rolemberg é uma das organizadoras. Referência completa na bibliografia.

<sup>18</sup> O livro em questão é *O que é isso companheiro?*

Seguindo o raciocínio, existiria uma diferença significativa entre líderes dos grupos guerrilheiros, que eram politizados, logo tinham condições de fazer uma leitura da situação e perceber a fragilidade da proposta de luta armada; e entre os jovens que eram recrutados em meio ao movimento estudantil. Esses chegavam com mais vontade de mudar o mundo do que capacidade de análise de conjuntura e preparo militar, por isso a guerrilha logo perdeu qualquer possibilidade ofensiva sendo rapidamente derrotada pela repressão.

Para Fico, este seria um tema tabu na historiografia brasileira, de abordagem por um viés que, levaria a questionar até que ponto os líderes da guerrilha tinham consciência dos riscos no qual os jovens estudantes estavam entrando, e qual sua responsabilidade sobre mortes e torturas sofridas pelos estudantes, além do desafio de fazer pessoas que sofreram violência falar sobre a mesma. A hipótese que Fico traz aí é sofisticada, e como o próprio autor reconhece, carece de mais pesquisa para comprová-la ou não. Aqui não nos proporemos, através das possíveis fontes para as quais o autor aponta, ter como escopo do trabalho a origem dessas memórias sobre 1964, mas disparar questões sobre a sua existência, através de uma análise bibliográfica.

Marcos Napolitano (2015) também trabalha com a perspectiva de que houve a construção de uma memória confortável sobre a Ditadura Militar. Tem por pretensão acusar quais grupos sociais construíram essa memória e por quê, pois para o autor, no Brasil, se criou uma memória hegemônica sobre o Regime Militar, e não uma história a ser considerada oficial.

A história oficial é fruto de uma simbiose entre memória das elites e a história dos grupos que ocupam o poder político de Estado e deve ser produzida e sancionada por historiadores de ofício em instituições legitimadas pelo poder. A história oficial faz com que o discurso das elites sociais e políticas seja mais ou menos homogêneo sobre um período histórico, admitindo-se pequenas nuances interpretativas. A memória hegemônica sobre o golpe (e sobre o regime como um todo) é exatamente o contrário disso, criando um fosso entre as elites políticas que mandavam no país e os grupos sociais que tinham mais influência na “sociedade civil” e atuavam sob o signo da “resistência”. (p. 316) [Destaques conforme o original]

Para Napolitano a origem desta memória esta na heterogeneidade do grupo social que inicialmente apoiou o Golpe e diferenças dentro da própria esquerda.

O autor ainda aponta para o que ele acredita ser a única coisa que unia todos os golpistas, o sentimento anticomunista. No mais, se tratava de um grupo bastante heterogêneo, ali estavam representados desde: Liberais hesitantes até reacionários assumidos, golpistas históricos e golpistas de ocasião, anticomunistas fanáticos e “antipopulistas” pragmáticos,

empresários modernizantes e latifundiários conservadores (p. 314) [Destaque conforme original]. Quando ficou claro que o regime seria conduzido pelos militares de forma unilateral, as divergências e rompimentos dentro da rede de apoio começaram. A imprensa liberal começou a reclamar da censura; a Igreja Católica começou a reclamar da tortura e das políticas laicas; os setores econômicos, especialmente nos anos 1970, passam a questionar as medidas adotadas pelo governo para o setor. A partir de então, todos tem críticas aos governos e a memória será construída com foco nessas críticas e não nos apoios prestados ao Golpe.

As esquerdas também não se apresentaram com discurso único: para o partido comunista, o sucesso do Golpe foi consequência do radicalismo do grupo ligado a Leonel Brizola. Para o Brizolismo, o problema foi a hesitação do presidente Jango em resistir ao Golpe e não privilegiar a aliança política com as bases. Para os adeptos da luta armada, o problema foi a recusa do partido comunista em aderir a luta armada<sup>19</sup> optando por procurar espaços onde pudessem deslegitimar a ditadura por dentro, caso dos meios de comunicação. Já na década de 1980, a esquerda concentrada em torno do Partido dos Trabalhadores (PT) atribuiu a culpa tanto ao pacifismo do PCB quanto ao radicalismo do grupo ligado a Leonel Brizola, pois estes fizeram opções diferentes de politizar as massas. Segundo Napolitano esta memória hegemônica foi o resultado lógico de todas essas diferenças (p. 315).

O uso do passado no presente afeta diretamente a vida das pessoas. Este é um postulado implícito dos estudos históricos, a partir deste postulado uma pergunta surge: Afinal, qual é a possibilidade que os estudos históricos têm de controlar os usos que a sociedade faz do passado? Carlos Fico no artigo aqui já apresentado diz que:

O historiador, se quiser, pode enveredar pelo terreno das disputas de memórias, das apropriações que a sociedade faz do passado por sua conta e risco, mas o uso propriamente dito do passado, a memória que afinal prevalece – sobre tais coisas é certo que não temo controle acadêmico, restando-nos atuar como cidadão. (p. 12)

Todorov afirma que, se quisermos fazer reviver o passado no presente este passará por várias etapas (o estabelecimento da verdade de adequação, verdade de elucidação e aproveitamento) que na prática se confundem. Catroga diz que, cada indivíduo participa, simultaneamente, em vários campos de memória. Fagundes, em texto que será melhor apresentando mais adiante, diz que o trabalho dos historiadores, via de regra, fica restrito aos

---

<sup>19</sup> O Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde o final dos anos 1950 apoiava uma transição pacífica ao socialismo, por tanto, foi contra a luta armada como estratégia de enfrentamento a ditadura militar. Por sua opção contrária a luta armada, diversos integrantes do partido se desligaram do mesmo (ou foram expulsos) e fundaram o Partido Comunista do Brasil (PC do B), deste último faziam parte diversos guerrilheiros.

historiadores profissionais<sup>20</sup>. Considerando tais referências, a resposta da pergunta é não, os historiadores não tem poder de controlar os usos que a sociedade faz do passado. Mas então, por que escrever e ensinar sobre o passado?

O fato de que os historiadores não têm controle sobre o uso que a sociedade faz do passado não significa que muitos não tenham tentado, por vezes sendo auxiliado por historiadores<sup>21</sup>. O Ensino de História nasceu no contexto de formação dos Estados Nacionais Modernos, e desde então se mostrou eficiente em construir determinada memória da nação (CATROGA, 2015, p. 74-75). Governos ditatoriais se esforçaram em controlar os caminhos da história ensinada (FONSECA, 1997), mesmo em contexto democrático, como vivemos hoje, o Ensino de História é orientado por uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que em certa medida procura definir qual passado estará sendo ensinado/ contado<sup>22</sup>.

Sim, controlar a forma como a sociedade lida com o passado não é viável, e não cremos que seja desejável, porém acreditamos que seja possível e desejável participar de forma mais intensa, como uma das fontes através da qual a sociedade constrói suas conexões com o passado, isto é o Ensino de História.

## 2.1 FONTES E TERMOS

Para definir os termos que fariam parte do dicionário utilizaremos das seguintes fontes: a) Depoimento de Jarbas Gonçalves Passarinho, que na época do depoimento, fora militar da reserva, e durante a ditadura exerceu vários cargos administrativos, já no período de redemocratização foi Senador da Republica e Ministro da Justiça no Governo Collor; b) José Genuíno Neto, ex-militante da esquerda armada, que durante a ditadura foi preso, torturado e condenado, na época da coleta do depoimento (novembro de 2001) era deputado federal. Esses dois depoimentos constam no tomo cinco da Coleção História Oral do Exército: 1964; 31 de março. Leônidas Pires Gonçalves e José Luiz Coelho Netto tiveram seus depoimentos publicados na coletânea organizada pela equipe do CPDOC, da fundação Getúlio Vargas, uma

---

<sup>20</sup> As referencias são: (FICO, 2017, p. 12); (TODORV, 2002, p.142-149); (CATROGA, 2015, p.10); (FAGUNDES, 2014, p.18-19).

<sup>21</sup> Michael Pollak (1989, p. 09-14) formulou o conceito de enquadramento de memória, este conceito refere-se a uma narrativa acrítica do passado que é formulada com a ajuda de historiadores profissionais.

<sup>22</sup> Segundo informação contida no site do Ministério da Educação a BNCC é: “Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Embora a BNCC, pelo menos para o Ensino Médio, não esteja homologada a proposta está pronta e disponível para consulta por isso é perceptível seu caráter impositivo. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 02/05/2017 às 20: 48min.

coletânea da qual fazem parte três livros. O qual contém os depoimentos aqui utilizados estão no livro *A volta aos quartéis*, o último desta coleção.

Completando o rol de fontes, utilizamos alguns depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade, dentre estes estão o da professora Izabel Fávero, torturada durante a ditadura, ex-presas; Gilberto Nataline, médico, durante a ditadura foi preso e torturado.

## **2.2 ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE; COLEÇÃO HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO SOBRE 1964 E A MEMÓRIA MILITAR SOBRE 1964**

Dentre as medidas de reparação feitas no processo de transição, a formação de Comissões da Verdade é uma das mais comuns. Comissões da Verdade podem ter diferentes objetivos, de acordo com as dinâmicas de ruptura do autoritarismo de cada sociedade, porém, na maioria dos casos, estas têm em comum a intenção de esclarecer e dar publicidade às violências cometidas pelo Estado em determinado período.

A Comissão da Verdade no Brasil foi instituída pela lei 12.528/2011, com prazo de funcionamento de 2 anos para concluir suas investigações; em comparação a outros países, o Brasil foi retardatário, Uganda 1974, Bolívia 1982, Argentina 1983, Chile 1989, Peru 2001, Uruguai 2000, El Salvador 1992, Guatemala 1997, África do Sul 1995 (RNCV, V I, p. 31-32), para citar apenas alguns, antecederam a comissão brasileira. Pode-se dizer que a construção da Comissão Nacional da Verdade no Brasil é o resultado mais recente de um longo processo de enfrentamento de ex- presos políticos e familiares de desaparecidos no período de 1964 a 1985, e também a tentativa de construir uma memória oficial sobre o período.

A partir da década de 1970, vários segmentos sociais motivados pelo desgaste do Governo frente às denúncias de violação dos Direitos Humanos, e pela política econômica em crise (em parte resultado da crise internacional do petróleo), intensificaram a pressão por uma Lei de Anistia, e pelo fim do *estado de exceção*. Soma-se a isso o fato de que, internamente, as Forças Armadas possuíam grupos que defendiam que os militares permanecessem no poder apenas o tempo necessário para afastar os riscos que entendiam que o país corria. Os arranjos políticos que levaram a promulgação da lei nº 6683/1979 - Lei da Anistia- vinculou anistia à extensão do perdão também aos crimes cometidos por agentes do Estado, no contexto de combate aos grupos que resistiam de alguma forma ao governo autoritário, tal vinculação hoje gera vários questionamentos<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Cf. Barbosa, Vanucchi, 2009; Piovesan, 2009.

De imediato, a publicação a Lei da Anistia apontava para o esquecimento, através de uma legislação, das reivindicações de ex-presos políticos e familiares de desaparecidos no sentido de obter alguma reparação ou informação em relação a seus entes. Mesmo diante deste dispositivo jurídico que supostamente "resolveria" as tensões sociais geradas ao longo de 21 anos do *estado de exceção* vivenciado no Brasil (1964-1985), os familiares não deixaram de buscar por meios próprios de informações que permitissem a localização dos restos mortais dos seus desaparecidos.

Além disso, tal busca somada ao fato de vivermos em tempos de democracia formal acabara por pressionar o Estado a prestar esclarecimentos a este segmento da população. Sendo assim, no ano de 1995 foi promulgada a lei nº 9140 que instituiu a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos no período 1964 a 1985. Essa lei representou a primeira ação do Estado Brasileiro no sentido de reconhecer sua responsabilidade em relação aos mortos e desaparecidos do período Barbosa e Vanucchi, (2009, p. 56-57).

Como resultado dos trabalhos desta comissão, em 2007 foi lançado o livro *Direito a Memória e à Verdade*, onde a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República retifica a responsabilidade do Estado sobre mortes e desaparecimentos. O contexto internacional de valorização dos Direitos Humanos somado ao fato de vários países que passaram por ditaduras recentes já ter implantado suas comissões da verdade, e o contexto interno de dois presidentes, Lula e Dilma Rousseff, terem trajetória política ligada à esquerda que, pelo menos teoricamente, encabeçou a luta contra a ditadura,<sup>24</sup> contribuiu para que se criasse no país um ambiente onde politicamente foi possível propor a criação de uma Comissão Nacional da Verdade.

O projeto de lei que criaria a Comissão Nacional da Verdade foi construído e enviado ao Congresso Nacional no último ano do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, vindo a ser aprovado no Legislativo Federal no ano seguinte e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em setembro de 2011. No tocante ao marco temporal, a Lei 12528/2011 adotou os anos de 1946 e 1988, por se tratar de datas de promulgação das duas Constituições Democráticas, e ser também o período adotado pela Lei da Anistia para beneficiar pessoas que cometeram algum tipo de crime por motivações políticas.

---

<sup>24</sup> Cf. Napolitano, 2015

## **CAPÍTULO 3 – A COLEÇÃO MEMÓRIA MILITAR SOBRE 1964**

A Coleção Memória Militar foi organizada pelos pesquisadores Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, e é formada por três livros dedicados respectivamente à articulação do Golpe, à repressão e a reabertura. Os livros contam com depoimentos integrais que no período em questão ocupavam posições intermediárias na hierarquia militar – de Major a Coronel- mas que exerceram, segundo os autores, importantes funções dentro do governo.

Esta coleção apresenta parte do material recolhido pelos pesquisadores acima citados e vinculados ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC-FGV) sobre o período 1964 a 1985 no Brasil. Esse material foi escolhido para ser aqui utilizado por ser um dos poucos espaços onde é possível encontrar a versão dos militares sobre os ocorridos, porém, trata-se das vozes de militares enquanto pessoas e não da instituição militar, pois esta dificilmente fala sobre o período.

Após a redemocratização poucas foram as vezes que as instituições militares falaram sobre o assunto. O motivo deste silêncio, possivelmente, esteja relacionado às condicionantes políticas, oriundas do processo de redemocratização que, de imediato, ao menos de forma oficial, impôs uma releitura sobre o período que ali se pretendia encerrar.

### **3.1 COLETÂNEA HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO. 31 DE MARÇO: O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO E SUA HISTÓRIA.**

A coletânea acima referida é composta por 15 livros que reúnem 250 entrevistas de civis e militares, sendo que as falas dos últimos são a maioria. Parte de um projeto mais amplo intitulado História Oral do Exército, e que engloba também uma coletânea sobre a História do Exército na II Guerra Mundial, o projeto foi autorizado por portaria ministerial de 3 de março de 1999, e desenvolvido a partir do ano 2000. A apresentação assinada pelo então General Aracildes de Moraes Motta, e o prefácio por Jarbas Passarinho, não restam dúvidas sobre os objetivos da coletânea de fazer um contraponto a versão civil dos fatos ocorridos em 1964. Diversas são as passagens na apresentação que evidenciam sentimentos e principalmente ressentimentos sobre a narrativa que vinha sendo tornada pública sobre os ocorridos na intervenção militar.



Esta coletânea visa tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, *agora*, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações (...). Desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto a mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam *escancarado revanchismo*. (2003, p. 09) [Os destaques são meus]

Segue uma provável referência a Comissão de Mortos e Desaparecidos de 1995.

Apoiados por coniventes *ocupantes de postos de mando* destacados premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes *que apenas cumpriam suas missões* e tarefas a serviço das autoridades constituídas. Assaltantes, sequestradores, terroristas, desertores, agora, *são regamente abonados*. (2003, p. 10) [Os destaques são meus]

No prefácio Passarinho desenvolve um texto carregado de ironias para também atacar a versão que estava sendo adotada pela sociedade civil, o autor intitula o texto que assina com “a desculpa dos vencedores”, o que já demonstra os rumos seu escrito tomaria. Começa por destacar que na década de 1960 diversos grupos adotaram a guerra revolucionária como uma forma de expansão do Comunismo Internacional em diversos continentes, segundo o autor brasileiro, estes haviam sido enviados para treinamento na China, e recorre a uma fala atribuída a Luiz Carlos Prestes para defender que a instalação de um governo comunista no Brasil era um perigo real. A fala é a seguinte: “Nós, comunistas, estamos no governo, mas ainda não no poder” (2003, p. 25). Segundo o autor, este seria um recado para o exército.

Seguindo a exposição de seus ressentimentos, Passarinho diz: “O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranoia anticomunista” (2003, p. 25). Após relatar os episódios de indisciplina dentro das forças armadas, dos discursos políticos que, segundo o autor, apontavam para uma guerra revolucionária eminente, e ainda, a passeata de mais de 1 milhão de paulistas que gritaram contra o perigo comunista o autor se pergunta, e aqui vejo ironia, haveria uma “*epidemia paranoica?*” [ Mais ironia] “ No poder, *cometemos o erro* de reerguer a combalida economia brasileira” (2003, p. 25). [Os destaques são meus].

Por fim, suas palavras se voltam contra a posição de que o Estado brasileiro deveria reconhecer sua responsabilidade sobre as violências praticadas no período, diz ele: “Perderam os comunistas intrépidos combatentes da luta armada, mas *não morreram em vão*. Aos seus descendentes, o governo de esquerda<sup>25</sup> indenizou com R\$ 150 mil cada. Ruas têm seus nomes. Monumentos são projetados para *perpetuar sua memória*” (2003, p. 26) [Destaques são meus].

<sup>25</sup> Considerando que esta coletânea foi autorizada em 1999 e publicada em 2003, muito provavelmente, a referência seja ao Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Acredito que, uma das razões da construção desta coletânea seja o intuito de responder ao cenário político-social que a lei nº 9140/1995 permitia imaginar para o futuro, um cenário que apresentava como possibilidade reformulação da Lei da Anistia, e com isso mexeria em memórias bastante sensíveis para diversos segmentos da sociedade brasileira, em especial as Forças Armadas. Os depoimentos contidos nas duas coletâneas que têm os militares como protagonistas focam em destacar as motivações políticas para o Golpe, e os respectivos fatores que influenciaram no desenvolvimento da Ditadura Militar, pouco se fala de tortura.

Os militares tocam no assunto de forma rápida, e suas palavras são para negar e acusar; negar que generais superiores tiveram responsabilidade sobre os casos de tortura, e acusar que a violência que tenha existido foi proporcional às ações e intenções daqueles que subvertiam a ordem. José Genuíno Neto, única voz civil discordante entre os depoimentos presentes nas coletâneas militares, toca no tema rapidamente da tortura, seu depoimento é marcado principalmente pela tentativa de elencar as condições internas e externas que possibilitaram a articulação do Golpe, a permanência dos militares no poder e o processo de reabertura.

Considerando o foco dos depoimentos presentes nas coleções de História Oral do Exército sobre 1964 e a memória militar também sobre este ano, escolhi trazer os conceitos de Golpe, Democracia, Guerra fria e Anistia. Em contrapartida, os depoimentos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) são diferentes, eles apontam principalmente o sofrimento da tortura e como, para as pessoas que passam por esse processo, é ao mesmo tempo difícil e também necessário falar a respeito. O foco no sofrimento se explica, acima de tudo, pelo fato de os depoentes terem passado por ele, porém, não devem ser ignorados os objetivos declarados da CNV ao investigar graves violações de direitos humanos, pois assim faz parecer natural que essas violações chamem mais atenção que outras questões tanto quanto pertinentes. Dos depoimentos da CNV retiramos o termo dos Direitos Humanos para fazer parte do dicionário.

### **3.2 ESCREVER PARA NÃO ESPECIALISTAS: OS HISTORIADORES E SUA (IN) CAPACIDADE DE COMUNICAÇÃO**

Alguns historiadores não sabem comunicar os resultados de seu trabalho. A universidade prepara para estudar através de textos escritos, apresentar os resultados do estudo em escrituras, estas que, geralmente, apresentam graus de complexidade que apenas outros acadêmicos, os iniciados no ofício, conseguem ler e processar. Bruno Flávio Lontra

Fagundes (2014) propõe uma interessante discussão sobre os espaços do debate público, que são ocupados pelos historiadores. A questão seria a seguinte: Os historiadores não são os únicos a ter o passado como objeto de trabalho. As mídias (filmes, novelas, séries) apresentam leituras do passado sem contarem, necessariamente, com a consultoria de um/a historiador/a, jornalistas de formação escrevem livros de história e alcançam sucesso consideravelmente superior aos escritos por historiadores.

Essencialmente o problema dos historiadores é não se preocupar, até mesmo porque não foram formados para isso. Ao conquistar seus leitores, não apresentam seus problemas estruturados de forma que estimule o leitor a continuar a leitura na próxima página. Duas consequências dessa dificuldade são: 1) O público do historiador é restrito a outros historiadores e cientistas das humanidades; 2) Os historiadores são, por essência, especialistas em análise do passado e não participam da discussão pública sobre os processos históricos<sup>26</sup>. Digo isso para destacar que, aqui temos por escopo elaborar um trabalho que ambiciona não ficar restrito aos historiadores e cientistas das humanidades, tendo como alvo principal professores e alunos do Ensino Médio, portanto, reconhecemos a devida obrigação de tentar conquistar os/as leitores/as.

Para o dicionário aqui proposto, nos utilizamos de uma base essencial, uma característica que não pode ser alterada sob o risco de perder toda a legitimidade de sua proposição. Apresentamos informações historicamente precisas, se atentando aos “ossos do ofício” de historiador, e propomos através da narrativa estabelecer uma relação séria e sincera com o leitor, entendemos aqui este como sendo o espaço para conquistá-lo. Para contribuir nesta tarefa de conquista, recorreremos a dois autores, um de ficção, e o outro um filósofo que atingiu sucesso como autor de romance histórico, Stephen King (2015) e Umberto Eco (2013). Nesses autores, encontramos modelo para elaborar o “contrato” tácito entre autor e escritor, conforme as “cláusulas” que formulam, as quais deram certo, e outras não.

Aqui compreendemos que, o que funcionou para esses autores não funcionará, necessariamente, para outros de forma mecânica, bastando copiá-los para atingir o sucesso. Não se trata da ambição de um novo Stephen King ou Umberto Eco. O que consideramos é que, uma intencional consulta a quem atingiu e tem alcançado o público almejado com sucesso, contribui para exercermos essa função com alguma competência.

---

<sup>26</sup> As dificuldades apontadas por Fagundes aparentemente começam a ser enfrentadas. Na plataforma YouTube, canais como “Café História” e “Leitura Obrigatória” têm altíssimos números de inscritos, cerca de 79 mil e 9 mil, respectivamente.

Umberto Eco e Stephen King prestam reverência ao leitor ideal. O leitor ideal seria aquele em que no ato da escrita o autor esta pensando nela. Escreve como se estivesse falando em uma palestra cujo público fosse apenas este/a leitor/a, e uma vez terminada a escrita, o leitor ideal é o primeiro a ler. King utiliza a seguinte metáfora para dar a dimensão da importância de seu leitor ideal “é alguém responsável por te avisar quando seu zíper estiver aberto” (2015, p. 184). O leitor ideal é o primeiro a apontar aspectos positivos e negativos do escrito.

Para o dicionário aqui proposto, o leitor ideal são alunos que ao fazerem perguntas, protestando contra determinadas respostas, às vezes tornam as discussões bastante acaloradas, especialmente quando o assunto diz respeito à Ditadura Militar brasileira e aos Direitos Humanos, tornam as aulas de História mais dinâmicas. Pensando nos conselhos dos autores que nos propomos dialogar, e com a experiência deste que vos escreve, de prática enquanto professor de alunos com interesse pelo tema – não vejo porque desconsiderá-la – resolvemos adotar os seguintes princípios narrativos para o texto final: i) Jargões acadêmicos sempre que possível ficaram de fora; ii) a informação principal de um parágrafo estará em uma frase tão curta quanto possível no início, meio ou fim do mesmo; iii) metáforas são uma boa forma de transmitir uma ideia para o público, sendo assim, sempre que possível de formulá-las foram utilizadas.

## FONTES

JARBAS GONÇALVES PASSARINHO depoimento presente em: MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.) **31 de março: O movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 5.

JOSÉ GENUÍNO NETO em: MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.) **31 de março: O movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 5.

LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES em: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org). **A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1995.

JOSÉ LUIZ COELHO NETTO em: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org). **A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2014.

IZABEL FÁVERO disponível em :

[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas\\_civis/Alberto\\_Favero\\_e\\_Izabel\\_Fvero\\_-\\_ct\\_rp.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Alberto_Favero_e_Izabel_Fvero_-_ct_rp.pdf). Acesso em 12/05/2018.

GILBERTO NATALINE disponível em:

[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas\\_civis/00092\\_000831\\_2\\_013\\_22\\_degravacao.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_000831_2_013_22_degravacao.pdf). Acesso em 12/05/2018.

## BIBLIOGRAFIA

**A DITADURA É ASSIM**. Coleção livros para o amanhã, Volume 2. São Paulo: Boitatá, 2015.

**A DEMOCRACIA PODE SER ASSIM**. Coleção livros para o amanhã, Volume 1. São Paulo: Boitatá, 2015.

ALENCASTRO, Catarina; GAMBÁ, Karla. Portal o globo. **Comandante do Exército fala em evitar “nova Comissão da Verdade”**. Brasília, DF, 20/02/2018. Acesso em 12/05/2018.

ARQUIEIOCEDE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. 33ª ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2003.

BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues; VANNUCHI, Paulo. Resgate da memória e da verdade: Um direito de todos. In: Soares, Inês Virginia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (coord). **Memória e verdade: A justiça de transição no Estado Democrático brasileiro**. Belo Horizonte: Forum, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ. Nova Fronteira, 2011.

BRASIL.Ministério da educação e cultura. MEC. **Base Nacional Curricular Comum**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 02/05/2018 as 20:48 hs.

BRASIL. Secretaria da presidência da república. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. VL I. Dezembro de 2014. Disponível em:

[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em 12/05/2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e Consciência história: Implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro, FGV, 2011.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Tradução de Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

DREIFUSS, René Armand. **1964 a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.

ECO, Umberto. **Confissões de um jovem romancista**. Tradução Marcelo Pen. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. É possível fazer tábula rasa do passado... e do presente dos historiadores ? In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: Da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: CONTEXTO, 2016.

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar brasileira: Aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org.). **História e Memória do Século XX**. VL 1. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. 2ª ed. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KING, Stephen. **Sobre a escrita: A arte em memórias**. Tradução Michel Teixeira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “Batalha da Memória”: Resistência e transição democrática no Brasil. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. **História e Memória do Século XX**. VL 1. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015.

\_\_\_\_\_. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

PADURA, Leonardo. **O homem que amava os cachorros**. Tradução: Helena Pitta – 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 2015.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: Do Golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários:** Legitimidade, Consenso e consentimento no século XX. (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem:** Indagações sobre o século XX. Tradução: Joana Angélica D'Ávila Melo. Editora ARX, São Paulo, 2002.